

INTERVENÇÃO DE DEOLINDA MACHADO (1) NO 20º ANIVERSÁRIO DA CNASTI

Começo por saudar todos os presentes neste vigésimo aniversário da CNASTI, assim como todas e todos os trabalhadores dos sectores público, privado empresarial do Estado, dos jovens, dos pensionistas, reformados e desempregados que, com grande determinação, têm enfrentado a ofensiva do patronato e do Governo, realizando numerosas lutas neste país em defesa dos direitos constitucionalmente consagrados, afirmando um Portugal de Abril, livre, democrático e soberano, de que foram exemplo as comemorações do 1º Maio, ontem, em todo o país.

Uma palavra de solidariedade à Comissão Executiva da CNASTI e demais órgãos sociais, na pessoa da sua Presidente, Fátima Pinto, pela realização desta iniciativa, a qual visa colocar a sociedade perante um flagelo que está longe de ser erradicado: o trabalho infantil. O que recentemente temos assistido é a um agravamento das suas causas, agravamento este traduzido na exploração e no empobrecimento com que se confronta o povo português e aqueles que cá vivem e trabalham, sem condições de vida dignas.

Uma palavra de homenagem a Maria Emília Reis, cujo funeral se realizou no dia em que a CNASTI fez 20 anos de existência formal.

Dirigente empenhada da CGTP-IN e da CNASTI, onde representou esta Central Sindical, na luta contra o trabalho infantil, a Maria Emília começou a sua militância nos Movimentos Operários da Acção Católica. Dedicou toda a sua vida à luta pela defesa dos direitos, pela dignificação das/dos trabalhadoras/es, pela igualdade entre mulheres e homens e por uma sociedade de progresso e de justiça social.

A melhor forma de honrar a sua memória é prosseguir e intensificar a luta pelos valores e causas que abraçou e que com ela comungamos, que fizeram florir Abril, e nele, todos os projectos de Liberdade e de Democracia.

Vou dividir a minha intervenção em três partes: na **primeira**, apresentarei alguns dados de enquadramento mais alargado, a nível europeu; na **segunda**, o enfoque vai para a realidade a nível nacional; na **terceira** parte, colocarei em destaque as questões relacionadas com a CNASTI: Que em é a CNASTI e como surgiu? O presente e o futuro.

Primeira parte – dados de enquadramento a nível europeu

QUEM PROMOVE A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO VIOLA OS DIREITOS HUMANOS

A Comissão Europeia, nas previsões de Inverno, reconhece que o empobrecimento dos portugueses está directamente relacionado com o “programa de ajustamento” e a disciplina orçamental, uma vez que estes condicionam de forma determinante a criação de emprego, fragilizam o investimento privado e cortam, até ao limite, no investimento público.

Estas previsões de Inverno da Comissão Europeia atestam que Portugal continuará a afastar-se dos outros países da União Europeia em matéria de riqueza por habitante. Este ano é já o nono país mais pobre desta área geográfica.

Trata-se de um ataque, sem precedentes, aos trabalhadores e ao povo português.

As políticas sociais não são incompatíveis com o desenvolvimento. A igualdade de oportunidades é crucial na sociedade; a redistribuição dos rendimentos torna a sociedade mais coesa; a protecção social e a estabilidade no emprego aumentam a segurança das pessoas.

Ao violarem, reiteradamente, os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, muitas medidas afrontam, pelas suas consequências, instrumentos jurídicos como a Carta Social Europeia, para além de colocarem em causa um conjunto de avanços que Portugal conseguiu, no âmbito do desenvolvimento humano.

Segunda parte – dados de enquadramento a nível nacional

Acabámos de comemorar os 40 anos da Revolução de Abril e do primeiro 1º de Maio em liberdade, marcos históricos da luta emancipadora das mulheres e dos homens trabalhadores deste país e do povo, contra a ditadura fascista.

O país confronta-se, hoje, com uma das maiores ofensivas desencadeadas pelo capital económico e financeiro, depois de instaurado o regime democrático em Portugal.

Portugal é cada vez mais uma sociedade dividida: entre trabalhadores do sector público e do sector privado, entre quem tem emprego e os que não têm, entre gerações mais novas e mais velhas, entre filhos e pais, entre pobres e ricos, entre os que têm poder e influência e os que sofrem as consequências da política da troika e do Governo do PSD/CDS, entre os que acumulam benefícios e riqueza e os que são desprovidos de direitos, entre os que têm dinheiro para aceder à saúde e à educação, e os que deles são excluídos.

Esta é uma política que, em 2013, comparativamente ao ano anterior, destruiu 121 mil empregos, liquidou 99 mil empregos efectivos e baixou o poder de compra da generalidade dos trabalhadores.

Entretanto, continua o processo de cerceamento das funções sociais do Estado, funções vitais para o desenvolvimento do país, para a melhoria das condições de vida da população, para a igualdade de oportunidades e para a luta contra a pobreza e a exclusão social como a educação, a segurança social e a saúde.

Assim se afunda a vida de milhões de portugueses, devastação esta que o Governo apelida de «sucessos» do país.

O desemprego, aliado à baixa dos salários, está a ter um efeito devastador, com a saída do país de jovens com elevadas habilitações e de trabalhadores qualificados. Tal volume de emigração tem impactos negativos na capacidade produtiva do país, na

renovação geracional, no envelhecimento da população e na base de financiamento do sistema de segurança social pública e universal.

Os trabalhadores com baixos salários continuam a ser os mais penalizados. Aumenta o número de pobres mesmo entre quem trabalha.

O salário mínimo nacional de 485 euros (devia estar, hoje, em termos reais em 585 euros para se equiparar aos 3300 escudos fixados em 1974) é cada vez mais o salário que se pratica, o que indica que as desigualdades salariais estão a crescer.

Os aumentos do custo de vida estão a afectar de forma dramática as famílias com o brutal aumento das rendas de casa, com a implementação da Lei do Arrendamento Urbano, leia-se, lei dos despejos. É escandaloso o aumento do custo dos transportes, portagens, electricidade, e de outros bens essenciais à vida da população.

Terceira parte – Quem é a CNASTI e como surgiu? - o presente e o futuro

A CNASTI – Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil, é uma associação que congrega várias organizações ligadas à acção católica, ao movimento sindical e à sociedade civil, cada uma com as suas especificidades, mas que na CNASTI assumem um objectivo comum: combater o trabalho infantil, enquanto exploração, e dar apoio à formação da criança com vista ao seu futuro. Foi assim que nos estatutos de há 20 anos ficou registado o seu objecto.

A CNASTI surgiu a partir da constatação de situações graves de exploração de mão-de-obra infantil, detectadas no Vale do Ave, por várias organizações, nos finais dos anos 80. No entanto, a sua constituição jurídica só ocorreu em 29 de Abril de 1994, publicada em D.R. nº 150 III Série de 01 de Julho de 1994.

Surgiu através de pessoas com ligações à Igreja, demonstrando que os valores evangélicos são compatíveis com a luta sindical e com o trabalho de organizações como a CNASTI, quando se trabalha para atingir objectivos comuns e se age em comum para a sua realização. Foi neste contexto que a LOC/MTC foi eleita para presidir há 20 anos à Comissão Executiva da CNASTI, acontecimento este que determinou a minha ligação a esta instituição.

Recordo o inquérito que a LOC-MTC lançou junto dos seus militantes, e a denúncia assumida pelas organizações católicas LOC, JOC, MAAC, JARC, ACR e pela Arquidiocese de Braga - D. Eurico Dias Nogueira e D. Jorge Ortiga - a par das denúncias provenientes do trabalho sindical junto das fábricas e da Inspeção Geral de Trabalho, feito pela União de Sindicatos de Braga CGTP-IN. Recordo o que também testemunhei com alguns dirigentes sindicais, as ameaças de sermos corridos a tiro por parte dos patrões que empregavam clandestinamente crianças, instruindo-as para a fuga caso aparecesse alguém da inspecção de trabalho.

O sector têxtil e do calçado tiveram especial peso neste flagelo social. Os pais não tinham emprego enquanto os filhos eram convidados para irem trabalhar, fomentando-se assim o insucesso e o abandono escolares.

Era trabalho realizado nas fábricas e em casa, onde geralmente toda a família participava p. ex: coser sapatos.

Foi importante neste combate podermos contar com o contributo dado pelos Bispos Portugueses, com a publicação da Carta Pastoral contra o Trabalho Infantil, onde D. João Alves e D. Jorge Ortiga tiveram especial participação.

Foi de tal ordem a denúncia sobre o trabalho infantil, que foi possível colocá-lo na agenda social e política. O que antes era visto com naturalidade, como algo culturalmente aceitável, passou a ser olhado como penalizador para a criança, e quem o explorava já não podia usar o subterfúgio de ser solidário como várias vezes ouvi: “estamos a ajudar aquela família”. Essa solidariedade não era genuína, como o comprova o episódio ocorrido com um aluno meu: quando ficou sem dois dedos numa fábrica foi mandado embora sem qualquer tipo de apoio.

Ainda no sector do calçado houve uma queixa feita pelos Ingleses aos EUA, (porque queriam aumentar as suas exportações para lá) dizendo que o calçado português que os Americanos nos compravam era feito por crianças. Dos EUA vieram contactar-nos, ao que respondemos que tínhamos problemas mas estávamos a resolvê-los no nosso país, e a experiência que tínhamos poderíamos partilhá-la com outros países como os EUA, a Inglaterra, etc., uma vez que em Portugal as Organizações que integram a CNASTI estão determinadas na erradicação deste flagelo social e, por isso, se uniram neste combate, pois o lugar do trabalho das crianças é na escola.

Entre as várias acções que foram realizadas destaca-se um Projecto de combate ao trabalho infantil, que envolveu 26 escolas do primeiro ciclo do ensino básico em V. N. de Famalicão, atingindo um universo de 2.600 alunos. Houve uma articulação entre as forças vivas do meio: IEFP, Câmara Municipal, Sindicatos, Inspeção de Trabalho, Centros de Saúde, Paróquias, Escolas, Associações de pais, associações culturais e recreativas.

Nessa altura, a CNASTI e o IAC coordenaram um Relatório Internacional, tendo a CNASTI representado Portugal na Holanda...

Recordo um saudoso Amigo da CNASTI, o Dr. Juiz Alberto Campinho, nosso conselheiro jurídico que escreveu e ofereceu à Confederação uma publicação do *Regime Jurídico do Contrato de Trabalho de Menores*, datado de 1995. Esta obra traduzia o combate que ele próprio fazia nos tribunais e que defendia nos órgãos sociais desta organização a que pertenceu. Lutou contra a percepção de que “o crime compensa”, tão em voga na cultura de muitos patrões; dava ainda combate às empresas que prevaricavam mudando apenas a denominação, continuando a perverter usando os mesmos procedimentos só que com nomes diferentes.

A CNASTI reuniu com vários governantes, denunciando e apresentando propostas conducentes à melhor formação das crianças. Todas as nossas iniciativas tiveram eco junto da generalidade dos partidos políticos, à excepção do CDS que nunca solicitou qualquer reunião.

Com a Secretária de Estado da Educação, Professora Doutora Ana Benavente, foi conseguido mais tempo para dedicação à causa do combate ao trabalho infantil, com o destacamento dos quadros dirigentes, Deolinda Machado e Fátima Vilas.

Quantas vezes reunimos à tarde, à noite e ao fim de semana com a esteira no chão para que a Beatriz, filha da Fátima, bebé, brincasse com as plasticinas, enquanto decidíamos e executávamos acções e mais acções: projectos, seminários, exposições

de desenhos, acções de sensibilização, nas escolas, de entre outras. O controlo de execução era realizado de imediato na reunião seguinte.

Numa exposição de 400 desenhos, em V.N. Famalicão, feitos por crianças, sobre como viam as crianças que trabalhavam, o Juiz Conselheiro Armando Leandro passou por lá e desafiou-nos a fazermos uma acção de sensibilização junto dos futuros juizes, no Centro de Estudos Judiciários. Fez-se com a polícia, com os professores, importantes profissionais parceiros neste combate. Uma das iniciativas que mais se destacou foi: E o Sol chorou!!

Lançou-se a linha verde, gratuita, para denúncia da exploração de mão-de-obra infantil, apoio assinado pelo Dr. Leston Bandeira, que ontem faleceu.

Foram algumas das acções que desenvolvemos. Cada organização comprometeu-se a realizar uma acção/ano com o apoio da CNASTI.

Num país com quase 900 anos de História não vamos baixar os braços. Sigamos o exemplo dos que nos precederam na organização e na luta em defesa de um mundo mais justo e solidário. Façamos, como muito bem nos ensinou Nelson Mandela, um mundo arco-íris, branco, preto e de todas as cores, unidos num mesmo objectivo.

Temos motivos de força, temos razões de esperança, apesar do tempo conturbado em que vivemos. A História demonstra-nos que são possíveis outras políticas assentes na defesa da dignidade da pessoa, na defesa da Paz e da Justiça para todos, porque irmanados na mesma comunidade – a Comunidade Humana.

É disso exemplo, a tese defendida pelo Professor Manuel Sarmiento, o qual coloca o seu imenso saber ao serviço da defesa dos direitos das crianças.

Segundo a Cáritas Europa, cuja exposição de várias crianças da UE percorre o nosso país neste momento, 25 milhões de crianças na Europa estão ou sofrem a ameaça da pobreza e da exclusão. Estas crianças não podem esperar que a crise passe. Este é o seu tempo de crianças que com fome ficam. Em Portugal, segundo o INE, mais 35.000 crianças estão referenciadas com situações de fome. A subnutrição traz consequências no desenvolvimento das mesmas. E quais as causas? Sabemo-lo todos: o desemprego, os baixos salários, a precariedade, as baixas pensões, a ausência de qualquer protecção social, as desigualdades, a ausências de justiça social, etc.

Continuemos o combate ao trabalho infantil. O lucro fácil e obtido no mais curto espaço de tempo pelos empregadores, foi e é realidade observada e que necessita de ser combatida.

A escola como pólo de cultura, traduzindo nas práticas do seu quotidiano o respeito e a valorização dos saberes trazidos por todos os alunos, é de facto a escola democrática. É a efectivação da escola pública, democrática, que garante o acesso e que acrescenta sucesso e visa prevenir o abandono escolar precoce e o trabalho infantil. Este é um desafio que responsabiliza particularmente os decisores da política educativa em ordem à promoção duma educação inclusiva, duma educação para a liberdade do pensar e do agir, que assegure um futuro desenvolvido e humanizado.

Por isso, com a CNASTI continuaremos este combate de defesa das crianças. Ela deverá prosseguir os seus objectivos enquanto existirem crianças exploradas neste

país. Enquanto existir um caso que seja de exploração, a CNASTI deverá dar combate até à extinção de tal realidade. Por isso, associados individuais e colectivos, fazemos parte deste combate.

Façamos do dia 25 de Maio um verdadeiro dia de intervenção cidadã, levando a luta ao voto, penalizando quem desenvolve estas políticas de destruição, votando de forma consciente, responsável, em quem defende os direitos e interesses dos trabalhadores e do povo português.

É o tempo maduro para o processo de libertação, de que nos fala Leonardo Boff. Primeiro na mente. Depois na organização. Por fim na prática.

Libertação significa a acção que liberta a liberdade cativa. A libertação começa na vossa consciência e no resgate da vossa própria dignidade, feita mediante uma prática consequente.

Temos de valorizar as lutas dos trabalhadores e dos povos na defesa da paz, do modelo social europeu assente na harmonização no progresso e na coesão económica e social entre os povos e países, no respeito pelos direitos laborais, sociais e cívicos que garantam um novo rumo com novas políticas conducentes à igualdade e ao desenvolvimento que assegurem o fim da exploração, da pobreza, das desigualdades, da injustiça social.

Um novo rumo para Portugal e para a Europa é possível com a participação activa de todos.

Lembremo-nos de Fernão Capelo Gaivota (...)

– *O meu maior desejo é voar...*

- *Então, vem- disse Fernão.*

– *Sobe comigo e começaremos.*

- *Não entendeste. A minha asa. Não consigo movê-la.*

- *Virgílio Gaivota, tu tens a liberdade de ser tu próprio, o teu verdadeiro eu, Aqui e Agora; nada se pode interpor no teu caminho. Essa é a Lei da Grande Gaivota, a Lei que É.*

- *Queres dizer que posso voar?*

- *Quero dizer que és livre.*

Assim, tão simples e rapidamente, Virgílio Gaivota abriu as asas e, sem esforço, elevou-se na noite escura. O Bando foi despertado pelo seu grito, bem alto:

- *Posso voar! Ouçam! POSSO VOAR! (...)*

Braga, 2 de Maio de 2014

(1) primeira presidente eleita após a aprovação dos estatutos